

Capítulo 2

Agricultura familiar e pluriatividade

Sergio Schneider

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: *A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 73-108. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: [10.7476/9788538603894](https://doi.org/10.7476/9788538603894). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2

Agricultura familiar e pluriatividade

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico e analítico a ser utilizado para o estudo da pluriatividade na perspectiva da agricultura familiar. Na primeira seção é descrita a trajetória da utilização das noções de *part-time farming*, *multiple job holding* e, mais recentemente, de *pluriactivité*. Pretende-se situar a controvérsia terminológica que ocupou a agenda dos pesquisadores nos países desenvolvidos e indicar a trajetória de alguns dos principais estudos que foram decisivos para afirmação do tema como um objeto pertinente à pesquisa social. Nessa revisão são expostos os pressupostos analíticos de autores e as razões que justificam a escolha de variáveis ou categorias de análise.

Na segunda seção discute-se a pluriatividade do ponto de vista teórico e conceitual, buscando-se absorver algumas críticas que estudiosos lançaram sobre os limites analíticos à utilização dessa noção, bem como a rejeição da idéia de que o fenômeno representava uma novidade e revelava uma face desconhecida das formas de ocupação e trabalho no meio rural. A revisão da literatura apresentada neste item, apoiada nas contribuições de autores como Marsden e Fuller, constitui-se no referencial teórico que orienta este trabalho. Assim, o estudo da pluriatividade é informado pela análise da forma de organização do trabalho e da produção em unidades familiares.

Na terceira seção do capítulo se ensaia uma definição operacional da pluriatividade e expõem-se elementos analíticos considerados importantes para compreender as características e traços principais das unidades familiares. Nessa seção, são esboçadas algumas considerações teóricas que pretendem indicar um possível diálogo da tradição marxista (na verdade, seguindo-se os avanços sugeridos pelos neomarxistas) com aspectos do enfoque microsociológico derivado do modelo proposto por Chayanov, especialmente a sua variável chamada de “diferenciação demográfica”.

À luz de tais reconsiderações conceituais, na última seção do capítulo, sugere-se que o diálogo proposto deve utilizar como referencial teórico-conceitual a família rural como unidade de análise. Além disso, para fins de observação e interpretação, a família rural é dividida em unidade de produção e grupo doméstico, buscando analisar separadamente as atividades produtivas e a dinâmica da família.

2.1. DA AGRICULTURA DE TEMPO PARCIAL À PLURIATIVIDADE

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* e *pluriactivité* eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo era mais ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, mais do que meras diferenças etimológicas (que, em certa medida, expressam a dificuldade do diálogo intelectual entre essas duas tradições do pensamento), uma leitura mais atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que passou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Nos anos mais recentes, as diferenças semânticas e até mesmo as concepções teóricas acerca das noções mencionadas alteraram-se significativamente na literatura internacional, podendo-se, inclusive, perceber a emergência de um certo consenso em torno da noção de pluriatividade. No Brasil, malgrado alguns esforços, o debate sobre a pluriatividade ainda é embrionário. Embora alguns cientistas sociais tenham despertado para a relevância do tema e orientado algum esforço de pesquisa em sua direção, o que inclusive já se reflete no espaço que a temática vem ganhando em reuniões científicas, de maneira geral a pluriatividade ainda continua a ser tratada mais como uma curiosidade ou um fenômeno social inteiramente específico ou menor. Embora escassos, entre os resultados de pesquisas e publicações pioneiras no Brasil pode-se citar os trabalhos de Anjos (1995), Carneiro (1993, 1996a), Neves (1995, 1997) e Schneider (1994a, 1995). Mais recentemente, contudo, especialmente a partir de meados da década de 1990, José Graziano da Silva coordena um projeto temático, cujo objetivo consiste em analisar o que denominou de “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro. Após terem sido primeiramente realizados vários trabalhos sobre o Estado de São Paulo, o projeto (posteriormente apelidado sugestivamente de “Projeto Rurbano”)³¹ assumiu proporções nacionais, englobando análises em diversos

³¹ O Projeto Rurbano é um esforço de um grupo de pesquisadores de diversos Estados e instituições acadêmicas do Brasil, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Maiores informações estão disponíveis na *home-page* do projeto (www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano).

Estados. A partir dos esforços desse pesquisador, alertado inicialmente pelo surpreendente desempenho do emprego não-agrícola na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, o tema das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade vem ganhando projeção nacional, podendo-se afirmar, inclusive, que o mérito da inclusão desse tema na agenda de pesquisas dos cientistas sociais brasileiros deve-se ao esforço do autor e de sua equipe.

Em razão do caráter ainda embrionário dos estudos brasileiros sobre a pluriatividade, considera-se oportuno o esforço de recuperar a trajetória do debate no período referido. Essa “moldura” sobre o estado da arte acerca do tema da pluriatividade orienta-se, inicialmente, pela retomada do itinerário histórico de termos, noções e conceitos para, a seguir, fixar-se no debate teórico e analítico. Esse esforço de revisão bibliográfica já foi tentado em outras oportunidades (Schneider, 1994) e seguirá fundamentalmente as pistas apontadas por outros especialistas como Fuller (1984, 1990), Marsden (1990), Carneiro (1993, 1998) e Arkleton (1992).

A principal controvérsia em relação ao termo *part-time farming* refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção *pluriactivité* refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. No primeiro caso, é preciso estabelecer necessariamente como contraponto a noção de *full time* (tempo integral), utilizando-se como critério de diferenciação um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. Já a segunda expressão contém sua oposição na idéia de *monoactivité*, que se refere à forma de desempenho de uma atividade que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a idéia de que o indivíduo ou família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Entretanto, como se verá a seguir, cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Essencialmente, portanto, agricultura “monoativa” ou em “tempo integral”, conceitualmente, são semelhantes e encerram o mesmo conteúdo e significado, mas seus opostos diferem substantivamente, como se verá a seguir.

Segundo a revisão empreendida por Fuller, acredita-se que o termo *part-time farming* tenha sido criado por Rozman (citado por Fuller, 1984, p.190) para diferenciar os agricultores que produziam apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda. De acordo com a periodização apresentada por Fuller (p.206), pode-se traçar uma linha divisória entre os trabalhos anteriores a 1975 e os posteriores a essa data. Antes de 1975, os estudos enfatizavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção em tempo parcial. Depois de 1975, os traba-

lhos sobre o tema adquiriram estatuto sociológico e inicia-se uma fase de pesquisas marcadas pelo “enigma” em torno de conceitos e unidades de análise pertinentes ao estudo da agricultura de tempo parcial.

Essa periodização de Fuller também é reconhecida em outros trabalhos de revisão do estado da arte, como o artigo de Buttel e Larson (1982), que considerara que, até a década de 1970, o debate sobre a agricultura a *part-time* foi interminante e fragmentado. Em trabalho de síntese dessa trajetória, Fuller sugeriu que o termo *part-time farming* fosse substituído por *multiple job holding farm household* (MJHFH), o que permitiria reorientar a unidade de análise baseada exclusivamente no tempo de trabalho da unidade familiar. Nesse sentido, sugeria que os estudos sobre a MJHFH incorporassem três características fundamentais das famílias: a composição demográfica, o processo de tomada de decisão e as vontades e interesses dos indivíduos que compõem as famílias, considerando-se suas situações locais e históricas (Fuller, 1984, p.210).

Em trabalho mais recente, o mesmo autor indica que esse deslocamento da noção de *part-time farming* para MJHFH não deve ser entendido apenas em face dos limites analíticos que o primeiro termo impunha aos estudos empíricos (especialmente em razão da confusão entre a ocupação do produtor e a “função produtiva” da propriedade), mas também como uma decorrência dos novos desafios impostos nos anos mais recentes às próprias Ciências Sociais, particularmente a Sociologia (Fuller, 1990).³² Esses desafios teriam sido, inclusive, respondidos com a emergência de novos aportes teóricos para o estudo do rural e das transformações agrárias na década de 1980, como foi o caso da afirmação da Sociologia da Agricultura nos Estados Unidos (Buttel e Newby, 1980; Buttel, Larson e Gillespe, 1990) e da Economia Política na Europa (Marsden, 1992; Marsden, Munton e Ward, 1992 e Van der Ploeg, 1993).

Em outro trabalho, posterior, refletindo o debate da década passada, a diferença entre *part-time farming* e pluriatividade é apresentada de forma clara e objetiva por Fuller e Brun (1988), conforme as definições a seguir:

³² A noção de MJHFH constituiu-se na principal inspiração analítica do *Arkleton Trust Project*, posteriormente substituída pela de pluriatividade.

***Part-time farming*: agricultura em tempo-parcial**

“[...] o termo ‘*part-time farming*’ em seu uso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo confunde a distinção existente entre a unidade produtiva enquanto uma entidade física (como um espaço) e os ocupantes desta unidade (a família ou a unidade doméstica), os quais decidem gerenciar esta unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...] Os termos *part-time farm*, *part-time farmer* e *part-time farming* têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a este fenômeno. É possível dizer que uma *part farm* é uma unidade produtiva que oferece, ou na qual é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de *part-time farming* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos no original)

***Pluriactivité* ou *pluriactivity*: pluriatividade**

“[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. A pluriatividade nos permite questionar o pressuposto de que a *full-time farming* é a norma e, portanto, algo bom, e de que a pluriatividade é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis” (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos no original).

Nesse contexto, o termo “agricultura em tempo parcial” foi substituído pela noção *multiple job holding* e este, posteriormente, pela expressão pluriatividade, numa referência analítica à disseminação do fenômeno da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas. Para Fuller, essa mudança ecoou na ampliação dos objetos de pesquisa das Ciências Soci-

ais, que passaram a analisar temas como a ligação da agricultura com o sistema agroalimentar, as relações dos agricultores com os mercados de trabalho e os aspectos intrafamiliares decorrentes do novo padrão de relações sociais e econômicas entre homens e mulheres. Segundo Fuller (1990, p.362), “[...] esta reconceitualização da pluriatividade da propriedade familiar também se reflete na mudança de direção dos valores nos anos oitenta: das questões econômicas para as ecológicas, das análises objetivas para as subjetivas, da pesquisa pura para aplicada, das disciplinas específicas para a multidisciplinariedade das pesquisas”.

Ainda segundo o mesmo autor, foram três os fatores que contribuíram para o reconhecimento da relevância acadêmica e social da pluriatividade na década de 1980. O primeiro, de ordem conceitual, refere-se ao próprio uso da noção de *part-time farming*, que era impreciso e dificultava analiticamente a separação do trabalho do operador principal (chefe da propriedade) da função produtiva da propriedade. Existiam muitas propriedades nas quais o trabalho externo não tinha, de fato, relação com a redução das atividades produtivas agrícolas. Esses obstáculos levaram à substituição do termo, primeiramente pela noção de *multiple job holding* e, depois, pela de pluriatividade.³³ Segundo, o “deslocamento etimológico” foi decisivo para a afirmação do fenômeno social como objeto de investigação acadêmica, o que ocorreu no âmbito do *Arkleton Trust Project*, que se constituiu numa iniciativa de pesquisadores dos países ligados à Comunidade Econômica Européia (CEE) para estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinavam a agricultura com outras atividades. Essa pesquisa representou, inegavelmente, um marco no estudo da pluriatividade, pois a partir dela passou-se a utilizar a unidade doméstica (*farm household*) como unidade de análise e não mais o chefe da propriedade ou o tempo de trabalho gasto em atividades não agrícolas.³⁴ Finalmente, o terceiro fator que contribuiu para a consolidação da pluriatividade como tema de investigação foram os debates em torno da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), iniciados na década de 1980, pois a crescente diversidade das ocupações do mundo rural não podia mais ser ignorada.

Esse processo de afirmação da temática no campo acadêmico culminou com a adoção da noção de pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas. Segundo Fuller (p. 367) e também Newby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de *part-time farming* (uni-

³³ O trabalho de Cavazzani e Fuller (1982) é pioneiro na tentativa de procurar uma alternativa ao conceito de *part-time farming*.

³⁴ Mais adiante será retomada a definição de pluriatividade tal como é concebida nas pesquisas realizadas no escopo do *Arkleton Trust*.

dades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). Por isso, a expressão pluriatividade tem sido “[...] amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com *cash*, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais” (Fuller, 1990, p.367). Com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar diferentes contextos em que o fenômeno se manifesta, desde os pequenos produtores não integrados aos mercados diversos, como também os grupos identificados com o campesinato, bem como examinar as relações entre os trabalhos formais e informais.

Desse modo, a noção de pluriatividade, apesar de polêmica, vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. Nesses termos, uma das mais rigorosas definições encontra-se no trabalho de Fuller (p. 367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

É justamente por causa dessa aparente “ubiquidade posicional” que a noção de pluriatividade vem sendo questionada por vários autores, que reivindicam “uma delimitação mais rigorosa de um campo de observação tão difuso” (Carneiro, 1996b, p. 95). Embora essas críticas sejam pertinentes, parece ser logicamente impossível a associação direta do termo pluriatividade com seus similares “camponês” ou “pequeno produtor”, que no sentido anteriormente descrito seriam quase sinônimos, tendo em vista as características históricas de cada um. Nesse caso, seguindo, aliás, uma recomendação da própria Maria José Carneiro, talvez seja mais apropriado admitir, enfim, que a pluriatividade “[...] é um termo de criação recente do vocabulário técnico, do qual o campo acadêmico se apropriou. Assim, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho” (p. 10). Mais adian-

te, contudo, ainda neste capítulo, será necessário retomar a discussão em torno da unidade analítica e conceitual que vem-se mostrando apropriada para estudar o fenômeno que até aqui definiu-se como pluriatividade.

2.2. TEORIA SOCIAL E PLURIATIVIDADE: UMA REVISÃO DO DEBATE RECENTE

Nesta seção pretende-se discutir a bibliografia que relaciona mais diretamente a pluriatividade com os estudos sobre a agricultura familiar e o campesinato, bem como a evolução dos principais conceitos e noções que foram utilizados por pesquisadores como ferramentas interpretativas do fenômeno da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelas famílias rurais. Buscar-se-á recuperar as principais fases e categorias analíticas que marcaram essa trajetória e, ao final, apresentar uma definição dos conceitos considerados adequados para estudar a pluriatividade sob a ótica do trabalho familiar, que se entende como a dimensão básica em torno da qual se organiza um determinado grupo social ligado por laços de parentesco e detentor de uma propriedade de terra em um espaço definido como rural.

2.2.1. Atividades não-agrícolas e rendas complementares

Uma vez que se concorda que o fenômeno atualmente denominado pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias, pode-se recorrer a alguns estudos e examinar como seus autores interpretaram essa realidade. É nos trabalhos de Kautsky e Chayanov que se encontram algumas das primeiras referências aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não-agrícolas”, entendidos como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários e camponeses.

Segundo Kautsky, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a seguir uma trajetória em que se dá sua “lenta e gradual” subordinação à indústria.³⁵ A persistência dos pequenos proprietários estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de taxas maiores de lucro pelos capitalistas, os pequenos continuariam a desempenhar o papel fundamental de for-

³⁵ Como enfatizou Kautsky (1980, p. 317 e 319), “[...] a indústria constitui a mola não apenas da sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola [...] A grande indústria passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências”.

necimento da força de trabalho para as unidades maiores. Segundo Kautsky (1980, p. 178), “[...] não devemos pensar que esteja a pequena propriedade territorial em vias de desaparecer, na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que repila todos os camponeses livres, sempre terá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários”.

No entanto, ressalta a possibilidade de persistência das pequenas propriedades camponesas somente é admitida sob a condição de que estas venham a assumir uma função acessória e complementar à grande empresa, que exercerá seu pleno domínio no terreno da produção agrícola. Essa função acessória estaria relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrência e reduz a sua renda a níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscar uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo. De acordo com Kautsky (p. 194-206), existem três tipos de ocupações acessórias que podem exercer este papel:

a) o trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas;

b) a ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que em geral ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, como era o caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa, na ocasião de seus estudos. Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, a indústria a domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho;

c) finalmente, a própria fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também permite a emergência de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários.

Assim, afirma Kautsky (p.206), “[...] estas três espécies de trabalhos acessórios ao alcance dos pequenos camponeses não se excluem de modo algum. Podem existir simultaneamente, e freqüentemente coexistem”. Portanto, pode-se dizer que a questão das atividades rurais não-agrícolas (ainda que não explicitamente nesses mesmos termos) aparece na obra de Kautsky não apenas como uma forma de reafirmação de seu argumento central, em favor da superioridade técnica da grande propriedade e do inequívoco processo de industrialização da agricultura (tornando-a um apêndice da indústria), mas, também, é possível perceber nessa análise que o autor divergia de Lênin e Engels e do próprio Marx, enxergando de modo radicalmente distinto

os desígnios da estratificação social e econômica decorrente do processo de penetração do capitalismo no campo.

Fora do escopo do marxismo, outro autor a destacar a importância das “atividades rurais não-agrícolas” foi Alexander V. Chayanov (1974). Para se compreender a explicação chayanoviana sobre as razões que levavam os camponeses russos a buscar atividades complementares no meio rural será necessário situá-la em um quadro analítico mais amplo, que é o da “teoria da unidade econômica camponesa (UEC)”. Nessa teoria, a idéia de equilíbrio entre trabalho e consumo ocupa um lugar de destaque no esquema analítico de Chayanov, embora a identificação dos elementos próprios ao comportamento da família, que é quem regula e operacionaliza a unidade de produção agrícola, seja um dos principais legados que ainda hoje permitem orientações interessantes. Segundo Chayanov, para compreender a família é preciso considerá-la sob três aspectos centrais. Primeiramente, deve-se estudar a família em seu ciclo demográfico completo, acompanhando-a desde o nascimento até a morte, o que implica relacionar a variação da utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e meios de produção) ao seu processo de diferenciação interna. Segundo, deve-se buscar entender o caráter teleológico do comportamento das ações da família, que organiza o funcionamento dos “mecanismos de equilíbrio internos” (Chayanov, 1974, p. 287). Essa racionalidade se orienta na direção da “utilização ótima de fatores” (terra, capital e força de trabalho), que é estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto-exploração em relação às condições objetivas dos meios de produção (p. 99). Por fim, em terceiro, a família resulta da composição e união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção, o que faz com que ela funcione como um todo indivisível e interdependente, especialmente no que se refere à gestão de suas rendas (p. 110-112).

Assim, Chayanov demonstra que o recurso às atividades não-agrícolas é variável e é determinado, primeiramente, pela variação do ciclo demográfico familiar. Nas fases em que as famílias possuem filhos pequenos ou quando resta apenas o casal de velhos (e, às vezes, um filho que se ocupa deles), a demanda por trabalhos não-agrícolas é menor *vis-à-vis* às situações em que as famílias ampliam sua capacidade de trabalho em face da maior aptidão dos filhos ao trabalho. Nesse caso, quando há subocupação da força de trabalho, o recurso às atividades não-agrícolas constitui-se em uma alternativa.

No entanto, apesar da busca às atividades não-agrícolas variar segundo o ciclo demográfico, isso não quer dizer, segundo Chayanov, que o tamanho da família seja o único critério que orienta a divisão familiar do trabalho

entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Nesse caso, é preciso considerar os elementos técnicos que influenciam a produção, porque a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de braços antes mencionada. A divisão do trabalho familiar (entre atividades agrícolas e não-agrícolas) também se orienta “pelas condições econômicas gerais que se dão localmente” (Chayanov, 1974, p. 116). Assim, “[...] a suposição de que a busca de capital e principalmente terra induz a família camponesa a orientar parte considerável de sua mão-de-obra para as atividades não-agrícolas está perfeitamente correta na maioria dos casos. O êxodo para os ofícios não-agrícolas se desenvolve, com efeito, de modo particular nas zonas de grande densidade de população” (p. 118). Essa afirmação, contudo, segundo o próprio Chayanov, exige que se estabeleçam dois condicionantes. Em primeiro lugar, o fato de que o desenvolvimento de atividades não-agrícolas está relacionado à irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura, pois, em determinadas estações, como no inverno (no caso russo), a inatividade pode ser quase total; em segundo lugar, e isso é o principal, em muitas situações não é a falta de meios de produção o que origina os ganhos com atividades não-agrícolas, mas uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de trabalho, no sentido da remuneração que se obtém pela força de trabalho camponesa, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas (p. 118).

Trata-se [segundo o autor] de atividades artesanais e comerciais que fornecem uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho. Com sua ajuda pode-se obter ganhos maiores com menores fadigas e a família prefere ajustar o equilíbrio básico entre consumo e desgaste de força de trabalho, principalmente através da ocupação em artesanato e comércio [...]. Em outras palavras, podemos assegurar teoricamente que a divisão do trabalho na família camponesa entre atividades agrícolas e não-agrícolas (artesanato e comércio) é levada a cabo pela comparação da situação de mercado destes ramos da economia nacional. (p. 120)

Para Chayanov, o recurso às atividades não-agrícolas constituía-se claramente em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Expressava, primeiramente, o sentido da racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o balanço entre trabalho e consumo e garantir sua reprodução. Embora muitas vezes as atividades não-agrícolas sejam exercidas fora da propriedade, segundo Chayanov isso não compromete o caráter indivisível dos rendimentos familiares, que se organizam em um “sistema único de equilíbrio básico” que

faz com que haja uma interdependência entre os ganhos totais da família (p. 112).

2.2.2. *Pluriatividade e dupla-atividade*

Além das abordagens teóricas que focalizaram as atividades não-agrícolas das famílias rurais como formas de buscar rendas complementares, que viabilizariam as estratégias de reprodução de tais unidades, há um segundo enfoque desse fenômeno que merece ser resgatado, dada a sua importância na literatura internacional e, até mesmo, por manter seguidores no Brasil.

Essa segunda corrente caracteriza-se por interpretar a pluriatividade ou o recurso às atividades não-agrícolas das famílias rurais como uma fase intermediária pela qual passariam as categorias sociais de agricultores que estariam imersos *ou* em um processo de proletarização *ou* de passagem de um estágio comunitário (identificado como rural e agrícola) para outro societário (identificado com o ambiente urbano e a industrialização). Embora os referenciais teóricos de ambos os enfoques sejam antagônicos (no primeiro caso, o marxismo, e, no segundo, o funcionalismo), as unidades familiares rurais que funcionam no modelo do *part-time farming* têm sido identificadas pelas categorias de *working-peasants*, *ouvrier-paysans* e, no Brasil, foram descritas como “colonos-operários”.

Ambos os referenciais, que operam com essas categorias de análise, apoiam-se na idéia de que essas famílias encontram-se em uma situação transitória, que pode ser tanto de transformação completa (de agricultores a proletários) ou de passagem gradual e contínua (implícita aqui certamente a noção do *continuum rural-urbano*). No primeiro caso, a agricultura em tempo parcial é entendida como uma forma residual e transitória de categoria social na agricultura, que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo tenderia a remover. No caso das propriedades de tempo parcial, a transição ocorreria por dois lados: ou elas se tornariam propriedades *full-time* ou elas se “decomporiam”, enquanto unidades produtivas, restando-lhes a venda da propriedade e o assalariamento. Mas também aparece a idéia de que a agricultura em tempo parcial poderia ser um fenômeno transitório e localizado em função das dificuldades circunstanciais (crédito e mercado), que atingem geralmente os pequenos agricultores, cujas propriedades situam-se em regiões de montanha ou em áreas agrícolas desfavorecidas. Passado o caráter conjuntural de uma dessas dificuldades, o produtor agrícola tenderia a se tornar um operador *full-time* e sair da condição de *part-timer*. Nesse caso, essa orientação teórica seguida pelos pesquisadores era a de que esse processo estava relacionado à crise da agricultura

tradicional (entenda-se pequena produção) e à difusão das relações capitalistas de produção.

Nos países desenvolvidos, a abordagem da transitoriedade desenvolveu-se sobretudo a partir da década de 1950, em razão da retomada dos processos de deslocamento da população do campo para a cidade (Franklin, 1969). Nesse período, emergiu o debate em torno da *double activité*, que consistia na discussão das formas de combinação das atividades agrícolas com o emprego em atividades industriais pelos agricultores, em geral como assalariados. Segundo Carneiro, esta condição de “dupla-atividade” foi interpretada pelos estudiosos como uma prova de que os agricultores que operavam em tempo parcial (*part-time farming*) eram incapazes de se manter apenas com as rendas obtidas com a agricultura, o que fatalmente os levaria a abandonar sua atividade, tão logo novas possibilidades de saída definitiva do campo e de instalação mais segura na cidade se concretizassem (Carneiro, 1996b, p. 11). Esse debate foi particularmente intenso no caso francês, e talvez mesmo em boa parte da Europa, que ainda na década de 1960 registrava um significativo êxodo da população rural, motivado sobretudo pela expansão urbano-industrial e pelo rápido processo de modernização da agricultura.

A partir de meados da década de 1970, a noção de dupla-atividade passou a ser de uso corrente na Europa não apenas nos estudos que focalizavam *os ouvrier-paysans* (camponeses-operários), mas também sobre o movimento inverso, então chamado de *neo-ruraux* (neo-rurais), que caracterizava o movimento de “volta ao campo” de grupos de jovens que viam nessa atitude uma forma de oposição ou rebeldia ao *status quo*. Muitos desses “neo-rurais” sequer conheciam noções de cultivo agrícola, razão pela qual buscaram o espaço rural mais como um local de residência do que propriamente de trabalho.

No Brasil, os trabalhos sobre a dupla-atividade dos agricultores encontraram respaldo nos estudos pioneiros dos chamados “colonos-operários” realizados por Seyferth, nos anos oitenta, investigando os trabalhadores das indústrias têxteis de Santa Catarina que residem no meio rural (1984, 1987 e 1992). A autora inspirou-se no aporte original de Franklin (1969), utilizando a tradução da expressão *worker-peasant* para descrever os colonos-operários como “[...] indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos mas são trabalhadores da indústria – eis a realidade” (1987, p.37). Para Seyferth, seu *status* não é propriamente o de operários, e nem eles se consideram membros da classe operária, embora sua condição de industriário tenha reduzido bastante sua atividade agrícola. O que os distingue dos outros operários é o fato de possuírem outra ocupação – a lavoura, mesmo que voltada à subsistência

– e, além disso, pertencerem a famílias que têm a propriedade das terras que cultivam (mesmo em pequena quantidade) e não residirem na área urbana. Paradoxalmente, são ao mesmo tempo assalariados, por um lado, e proprietários dos meios de produção, por outro (p.107).

Mais recentemente, nos anos noventa, surgiram outros estudos no Brasil, particularmente focalizando a região Sul, que utilizaram a noção de colonos-operários para caracterizar situações que hoje seriam denominadas de pluriatividade (conforme Anjos, 1995; 2001a, e Schneider, 1994a, 1999). Sobre os neo-rurais, a literatura brasileira é ainda mais escassa, podendo-se afirmar que os trabalhos de Giuliani (1991) e Teixeira (1998) estão entre os poucos que abordaram a presença da dupla-atividade no espaço rural. Esses trabalhos apresentam situações em que indivíduos da classe média urbana do Rio de Janeiro passaram a investir em diferentes atividades agrícolas (em geral, de alto valor agregado, como a produção de *escargots*) e não-agrícolas (pousadas e albergues) na região serrana fluminense. Entretanto, no caso dos estudos brasileiros, há uma especificidade que merece ser destacada. À exceção dos trabalhos de Seyferth, deve-se ressaltar que os outros autores citados não operaram com o enfoque da transitoriedade, antes mencionado. Na verdade, conforme menciona Kageyama (1998; ver também Anjos, 2001b), em sua recente revisão sobre o assunto, trata-se de situações de pluriatividade das famílias rurais, ainda que seus autores nem sempre as interpretem como tal.

2.2.3. A pluriatividade na teoria social contemporânea: a contribuição da Sociologia da Agricultura

Após uma revisão da literatura que procura situar o debate sobre a pluriatividade no contexto das reflexões sobre o caráter e a natureza da agricultura familiar, é possível afirmar que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos sobre tais temas localizam-se em torno de uma corrente do pensamento social denominada Sociologia da Agricultura (Newby, 1980; Buttel e Newby, 1980; Buttel, Larson e Gillespie Jr., 1990). Conforme destacado em outro trabalho, trata-se de uma abordagem relativamente recente na seara dos estudos rurais e agrários, cujas definições teórico-metodológicas são ecléticas e pluralistas, variando de enfoques neomarxistas a neoweberianos, cimentados por uma orientação genérica e relativamente vaga que seus próprios autores denominam “perspectiva crítica” (Schneider, 1997). Apesar das divergências internas de enfoques, os autores ligados à Sociologia da Agricultura tendem a concordar que a agricultura familiar encerra uma diversidade de situa-

ções e possui múltiplas estratégias de reprodução social, conforme acentuam Buttel, Larson e Gillespie Jr. (1990, p. 110).

Algumas revisões recentes sobre a diversidade da agricultura familiar, como as de Moran, Blunden e Greenwood (1993) e de Kasimis e Papadopoulos (1997), identificaram clivagens de enfoques no interior de uma mesma abordagem teórica, como a Sociologia da Agricultura. Segundo esses autores, o debate recente experimentou três momentos. O primeiro foi marcado pelo debate centrado na natureza e no sentido da agricultura familiar, recebendo uma inflexão decisiva a partir dos estudos de Friedmann (já discutidos no primeiro capítulo). O segundo teria sido marcado pela reação a esses trabalhos, derivado das contribuições de Mann e Dickinson, Goodman, Mooney, Long, Van der Ploeg, Curtin e Box, também já analisados anteriormente. O terceiro e último momento, segundo os autores, seria o atual, com o objetivo de superar a discussão teórica, entendida como restrita, sobre a agricultura familiar, tema que dominou a literatura na década de 1980, e “[...] redefinir as abordagens da Economia Política no sentido que se tornem aplicáveis aos estudos interdisciplinares e que superem os limites das fronteiras nacionais, abrangendo as complexidades das economias rurais e superando as preocupações com as teorias dedutivas e unilineares do desenvolvimento agrário” (1993, p. 25). Já Kasimis e Papadopoulos (1997) caracterizaram o debate recente da Economia Política de forma semelhante aos argumentos principais de Buttel, Larson e Gillespie Jr., afirmando que ele foi polarizado entre aqueles que consideravam a agricultura familiar como uma característica permanente da agricultura moderna (portanto, sua persistência era estrutural) e aqueles que a consideravam como um fenômeno transitório, que antecedia ao domínio do sistema agroindustrial (1997, p. 211).

Embora sob um mesmo referencial, é inegável que há divergências notáveis entre os autores da Sociologia da Agricultura que trabalham com o tema da agricultura familiar e, mais especificamente, com a pluriatividade. Trata-se, na verdade, de distintas perspectivas analíticas no estudo de um mesmo objeto. Entretanto, conforme já frisado, apesar dessas discordâncias, acredita-se no potencial teórico-conceitual da Sociologia da Agricultura para o estudo da pluriatividade como uma das características peculiares à forma familiar de organização do trabalho e da produção na agricultura. Nesse sentido, compartilha-se amplamente da síntese de Kasimis e Papadopoulos (1997, p. 213) acerca dos resultados e das conclusões genéricas produzidas pelo debate recente da Sociologia da Agricultura, quando interpretaram a agricultura familiar no mundo moderno:

A unidade de produção agrícola familiar constitui-se, no sentido mais amplo do termo, enquanto um conjunto heterogêneo de relações entre o capital e o trabalho. Esta categoria pode ser melhor definida, de um modo mais específico, como uma forma de produção que combina as relações internas e externas de produção, as quais conectam a unidade produtiva familiar com circuitos mais amplos de capital. Diferentes combinações de relações internas e externas servem de base para a definição de diferentes formas de produção, representando, cada uma delas, diferentes modos de integração com o capitalismo. Estas formas de produção, no entanto, não devem ser vistas enquanto modelos pré-fabricados de explicação acerca do processo de integração da agricultura familiar ao capitalismo. Inversamente, estas formas de produção poderiam ser descritas através de diferentes processos de subordinação do trabalho ao capital.

Não obstante a importância significativa das várias contribuições teóricas que podem ser encontradas no interior da Sociologia da Agricultura, o autor que mais se aproxima das convicções analíticas aqui perseguidas é Terry Marsden. Na opinião de Marsden (1995, p.291), em razão do recuo do padrão fordista de produção (também chamado de “pós-produtivismo”) na agricultura, revitalizam-se formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloqüente desse redirecionamento.³⁶ Assim, o espaço rural, que durante o fordismo se limitara a cumprir suas funções produtivas agrícolas, vai ganhando novas atribuições e aparece como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas.

Entre as novas funções do espaço rural, o autor destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia, por exemplo) e serviços (ecoturismo, atividades ligadas a preservação ambiental, etc), tentando mostrar que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matérias-primas. Portanto, para se compreender o rural é preciso ir além da perspectiva do *agri-food system* e recolocar a análise nos termos das relações de produção e consumo e da relação do espaço local com as mudanças globais, a partir de uma perspectiva espacial e temporal apoiada na noção de desenvolvimento desigual. Nesse sentido, Marsden propõe que o conceito chave para explicar a nova configuração sócio-econômica e espacial do rural é a *commoditization* que, “...representa um amplo processo social e polí-

³⁶ O pós-produtivismo é definido por Marsden (1995, p. 294) como “uma fase que é parcialmente apoiada pela habilidade inerente dos agricultores de se integrar a agentes e setores de atividades não-agrícolas”.

tico pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos – neste caso – a objetos rurais e agrícolas e também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal o qual transforma, por exemplo, o processo de trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, pelo contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam” (Marsden, 1995, p. 293, grifado no original).³⁷

Com base nessas formulações, Marsden (1993) considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vêm estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato. O autor acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais.

Nesse sentido, Marsden vê a pluriatividade como uma configuração *par excellence* das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos de realocação econômica. Mesmo assim, embora Marsden insista no fato de que a pluriatividade seja uma decorrência da reconfiguração social, econômica e espacial da reestruturação capitalista, também chamada de fase pós-fordista, o autor reconhece que esses elementos “exógenos” (especialmente o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas) não são suficientes para explicar inteiramente o fenômeno da pluriatividade. Para se compreender que tipo de impactos diferenciados essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, Marsden (1990, p. 378) sugere que se analisem as relações sociais internas das propriedades e os seus processos produtivos. Nesses termos, Marsden sugere que se “abra conceitualmente” a *farmhouse door* a partir do estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho.

Outro autor que se constitui em importante referência para este trabalho é Anthony Fuller. Embora não afirme explicitamente sua adesão à Sociologia da Agricultura, seu referencial analítico é notoriamente li-

³⁷ Em outro trabalho, Marsden (1989, p.314) define a mercantilização como “[...] o processo de *commoditization*, em linhas gerais, envolve a extensão da forma mercadoria a novas esferas de atividade ou, o que é mais usual nas economias avançadas, a superposição de novos tipos de relações mercantis”.

gado à “perspectiva crítica”, embora integre uma corrente teórica difusa e eclética que, de modo geral, está de acordo com a interpretação da pluriatividade a partir dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado (no caso o mercado de trabalho), enfatizando que a natureza da divisão interna do trabalho exerce uma influência decisiva sobre as estratégias de reprodução adotadas por essas unidades. De forma mais ou menos explícita, Fuller concorda com a idéia de que se pode explicar a pluriatividade a partir da dinâmica interna das unidades familiares e de sua relação com o ambiente social e econômico externo sendo, portanto, sua perspectiva analítica complementar à abordagem proposta por Marsden.

Em seus trabalhos mais recentes, especialmente atuando como consultor principal no âmbito do projeto sobre “Estruturas Agrárias e Pluriatividade das Famílias Agrícolas (1987-1990)”, patrocinado pelo *Arkleton Trust*, Fuller (1987, 1990) tem defendido a idéia de que se deve estudar a pluriatividade a partir da dinâmica interna da família, além de perceber suas reações ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. Para Fuller a pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária existente (Brun e Fuller, 1991, p.25).

Nesse sentido, para Fuller (1990, p. 368), a pluriatividade apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho. Do ponto de vista teórico e conceitual, isso implica a definição de três níveis de análise do fenômeno, que também foram utilizados no estudo realizado pelo *Arkleton Trust*. O primeiro toma a pluriatividade como uma expressão de determinados tipos de economias regionais ou locais. Nesse caso, trata-se da sua projeção espacial no contexto regional ou local, bem como de suas interações com a estrutura econômica e as condições socioculturais e políticas ali instauradas. Nesse caso, trata-se de saber quais os fatores regionais ou locais exercem poder de atração e estímulo ou de limitação ao desenvolvimento da pluriatividade. O segundo nível de análise refere-se à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre a agricultura e a pluriatividade. As decisões de alocação dos recursos disponíveis (capital, trabalho, etc.), bem como a opção por uma determinada estratégia de investimento em atividades agrícolas ou não-agrícolas, são tomadas pelas famílias e são decisivas para a compreensão das diversas formas possíveis que assume a pluriatividade. O último nível de análise, por sua vez, refere-se à interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais. Ou seja, trata-

se do enfoque histórico e comparativo entre regiões, comunidades e até países para averiguar os fatores que podem contribuir para explicar as distintas funções da pluriatividade como, por exemplo, o tamanho e a composição das famílias e a disponibilidade de um mercado de trabalho de atividades não-agrícolas (Brun e Fuller, 1991, p. 26 a 28).

2.3.AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE: ELEMENTOS TEÓRICOS

Estudar a pluriatividade como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores impõe ao pesquisador explicitar o que é entendido por agricultura familiar. Isso não significa que outras formas sociais de uso da terra e do trabalho, que não as familiares, não possam ter, na prática da pluriatividade, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda. Mas não será essa a preocupação fundamental deste trabalho. O que aqui interessa é avaliar o significado econômico, o sentido social e a afirmação cultural da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e integram-se em outras atividades ocupacionais além da agricultura.

Enquanto fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias.

Com efeito, ao situar como tema de estudo a agricultura familiar e como objeto específico a pluriatividade, delimita-se o “campo” de análise do social. Os referenciais teóricos utilizados para interpretar esse objeto se apoiam no debate sobre a natureza social e econômica da agricultura familiar a partir do pensamento social crítico. Assim, propõe-se que a discussão teórica da pluriatividade não se faça de maneira desconectada do debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de produção dentro do capitalismo. O que certamente introduz algumas perguntas: em que condições, por exemplo, essa persistência ou reprodução ocorre? Além disso, quais são os

fatores aos quais se deve essa persistência ou reprodução e em que condições históricas, em que ambiente social e econômico ela encontra elementos favoráveis ou constrangimentos à sua reprodução social?

Conforme apontado no capítulo anterior, esse enfoque não se concentra apenas na análise do papel da “forma familiar de produção” no processo de acumulação de capital, pois sua preocupação central é tentar entender a sua transformação sob o capitalismo. Parte-se do pressuposto de que a forma familiar existe no interior da sociedade mais ampla e que, em determinadas situações históricas, ela certamente terá sua dinâmica e reprodução determinadas pelo regime capitalista. Mas essa não é uma “regra universal” e o modo pelo qual a forma familiar se relaciona com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, essas formas sociais acabaram sucumbindo e sendo absorvidas pelo próprio capitalismo mas, em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a agricultura familiar pode desenvolver relações até relativamente estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes no capitalismo. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão-se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo em um certo espaço e contexto histórico.

Entre os estudiosos das unidades familiares, há uma controvérsia metodológica que, segundo Neves (1995), decorre em larga medida da “capitulação” dos pesquisadores ao raciocínio dualista, tipológico e ordenador da heterogeneidade. Nesse caso, estaria em jogo uma definição das unidades familiares que utiliza como referencial a outra forma de uma suposta polaridade, a unidade capitalista ou a empresa capitalista. Às formas familiares corresponderiam características como trabalho familiar, formas de resistência à apropriação do excedente via mercado, a propriedade de meios de produção, a busca de autonomia, etc., enquanto as formas capitalistas seriam definidas por assentarem-se no trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos. Dessa classificação derivam qualificações empíricas, muitas vezes utilizadas para adjetivar os próprios produtores investigados, como a polarização entre produtor tecnificado ou capitalizado *versus* os camponeses, pobres ou tradicionais. O prejuízo desse tipo de raciocínio analítico, que, segundo a autora, deriva dos equívocos metodológicos dos pesquisadores, é que ele reduz a compreensão e a explicação das formas sociais existentes no campo à mera contraposição de dois tipos de racionalidades: uma social, ca-

racterizada pelas unidades familiares, e a outra, econômica, consagrada à empresa capitalista.

Frente a essa controvérsia, acredita-se ser possível e adequado delinear alguns elementos para a construção de uma definição da agricultura familiar ou da forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola, que podem ser úteis para compreender suas características em sociedades capitalistas. O primeiro elemento para se definir a agricultura familiar está relacionado com a forma de uso do trabalho. Unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros, podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores. No entanto, a utilização de critérios de quantificação, para determinar o limite a partir do qual uma unidade familiar que usa trabalho contratado deixa de ser considerada como tal, constitui-se em operação heurística que, isoladamente, não é suficiente para se entender e caracterizar sociologicamente qual é a natureza dessa unidade familiar, como vivem e se reproduzem seus integrantes e por que tomam determinadas decisões.³⁸

O segundo elemento a ser considerado para entender-se a agricultura familiar e explicar sua persistência no capitalismo refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem que a atividade agrícola torne-se essencialmente correspondente à atividade produtiva industrial. Embora notórios, os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual assenta-se a produção de alimentos e fibras ou subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de poder-se afirmar que agricultura e indústria já não mais se distinguem à luz de seu modo de funcionamento. De fato, malgrado argumentos em contrário, um olhar de conjunto sobre a produção agrícola é suficiente para convencer o observador atento de que esta é uma atividade ainda muito dependente de fatores naturais como o clima, os solos ou o equilíbrio dos ecossistemas. Na agricultura, o tempo de trabalho gasto para produzir uma mercadoria, sobretudo nas situações em que a produção é especializada, não corresponde ao tempo de produção necessário à sua elaboração. Além disso, é cada vez mais perceptível o apelo que a produção dita “natural” de alimentos exerce sobre os consumidores, forjando inclusive situações de mercado próprias para essas mercadorias. Portanto, as barreiras natu-

³⁸ Ao analisar-se uma situação concreta, utilizando-se como variável a forma de uso da força de trabalho, e concluir-se pela caracterização de determinadas unidades pelo seu caráter familiar ou capitalista, acaba-se, no limite, por reproduzir uma fórmula dualista de pensamento que pouco agrega à explicação sociológica. Para o aprofundamento desse debate, consultar o excelente artigo de Neves (1995).

rais continuam limitando o desenvolvimento de economias de escala na agricultura, impedindo a subordinação integral dos processos produtivos ao interesse do capital e, por isso, operando com base em relações de trabalho não-assalariadas. Frente a esses condicionantes, parcela majoritária da produção agroalimentar dos países capitalistas mais desenvolvidos continua nas mãos dos agricultores familiares.

O terceiro elemento que auxilia a compreender analiticamente a forma familiar de trabalho pode ser extraído do legado da teoria social crítica. A insistência da tradição marxista em privilegiar o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrossocial e econômico, ao invés do papel do campesinato como ator, pode aqui ser recuperada desde que sofra um ajustamento importante, qual seja: deslocá-la da posição holística e nomológica sem desconsiderar que a compreensão dos destinos da agricultura familiar passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estiver inserida. Esse ambiente compõe-se de um espaço social e econômico e de um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determinar limites e possibilidades e, assim, exercer uma influência exterior decisiva sobre as unidades familiares. As relações dos agricultores familiares com o ambiente social e econômico no qual estiverem inseridos pode ocorrer através do crédito, do financiamento ou outra forma de apoio institucional, via Estado ou ONGs, mas também pelo acesso a mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com agroindústrias, etc.), mercados de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não-agrícolas), de informações e das inovações produzidas pelo progresso tecnológico. Além disso, o ambiente social e econômico também se traduz para os membros das famílias em termos das mutantes expectativas e percepções que nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem.

Mas o elemento central, que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes elementos apresentados, é a própria natureza familiar dessas unidades. Esta natureza familiar está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre os membros dessas unidades. É no interior da própria família e do grupo doméstico, através das relações sociais que se estabelecem entre seus membros participantes, que se localizam as principais razões que explicam a persistência e a reprodução de um certo conjunto de unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. É em razão das decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico, frente às condições materiais e ao ambiente social e econômico no qual estiver inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica, cultural e moral.

Mesmo que, em certos casos, as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercados (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho dos membros da unidade familiar permitirá que determinadas decisões tornem-se possíveis; o que, em muitos casos, um agricultor amplamente inserido na dinâmica capitalista, que conta com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou estaria sujeito a fortes restrições. Isso não implica concordar com a afirmação de que essa especificidade do caráter familiar seja suficiente para explicar por que essas unidades conseguem reproduzir-se ou resistir mesmo em condições adversas.

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através do qual as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução.

Essa perspectiva permite romper com o usual reducionismo classificatório dos estudos sobre agricultura familiar, pois nem a categoria trabalho estritamente familiar nem a contratação ou não de assalariados, tampouco as relações com o mercado, servem, isoladamente, como critérios que se bastam para definir a natureza de uma determinada forma social. Nesse sentido, para se entender o significado da pluriatividade em situações nas quais predomina a agricultura familiar a partir das ferramentas conceituais disponibilizadas pela sociologia crítica, é preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam (no sentido de que se superam), se metamorfoseiam e se reproduzem fora do escopo rígido das leis de valorização do capital. Trata-se de aceitar a hipótese de que determinadas formas sociais relacionam-se com o modo de produção dominante sem que as relações que se estabelecem entre ambos sejam, *a priori*, de caráter capitalista. A contratação eventual ou regular de assalariados pelas unidades familiares ou sua entrada em circuitos mercantis, seja pela venda da força de trabalho (via atividades não-agrícolas) ou pela venda de

produtos agrícolas, não autoriza sua compulsória categorização como capitalistas.

2.4. ESBOÇO DE UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA O ESTUDO DA PLURIATIVIDADE

De certo modo, o amplo apoio recolhido por esta perspectiva a partir das indicações de autores ligados à Sociologia da Agricultura permite dizer que há muitas concordâncias com esse aporte no que se refere à identificação do cenário social e econômico em que transcorrem as transformações do capitalismo contemporâneo. Concorde-se, por exemplo, com o diagnóstico geral acerca da crise do fordismo e da validade das suas explicações sobre as novas formas de regulação social e econômica da estrutura agrária, fortemente marcadas pela consolidação do sistema agroalimentar internacional e pela mercantilização crescente tanto das relações de produção como daquelas dimensões que Marsden enquadra na esfera do “consumo não-produtivo”, como a paisagem rural, o clima, o ambiente natural, etc.

No entanto, em relação às avaliações sobre a pluriatividade e sobre a emergência de novas formas de regulação do trabalho no meio rural, a adesão da perspectiva analítica aqui proposta às idéias defendidas pelos autores da Sociologia da Agricultura é relativa e parcial. Embora se aceite que as transformações do mercado de trabalho sejam conseqüências de um padrão pós-fordista em gestação, é difícil aceitar que a pluriatividade seja um fenômeno decorrente apenas de processos sociais e econômicos externos às unidades familiares, sem implicar qualquer tipo de (re)ação dos sujeitos afetados. Seria um equívoco imaginar que os agricultores familiares sejam meros coadjuvantes ou simples *bearers of structures* (suportes das estruturas) e que não contribuam, em alguma medida, para afirmação e significação da pluriatividade.

As avaliações dos autores da Sociologia da Agricultura parecem satisfatórias em relação aos aspectos macrosociológicos pelos quais se explica o recurso dos agricultores às atividades não-agrícolas. Contudo, elas têm pouco a dizer sobre as motivações dos indivíduos, de como tomam suas decisões de dispêndio ou investimento ou mesmo sobre os projetos que orientam suas estratégias de busca de alternativas materiais à sua reprodução social. Ou seja, para entender a complexidade das relações sociais que são engendradas nesse processo, é preciso estudar a pluriatividade a partir do modo como é exercida pelos próprios agricultores familiares.

Como mostra Fuller, se, por um lado, é correto imaginar que a pluriatividade é uma reação dos agricultores a um conjunto de situações objetivas, que

a eles se apresentam como exterioridades, por outro, não é menos verdade que a percepção que cada família ou cada indivíduo faz dessas realidades se deve a aspectos subjetivos, individuais ou coletivos, dos quais depende, por exemplo, a adesão ou não a determinadas estratégias de trabalho. Segundo Fuller (1990, p.367),

A lógica a partir da qual as unidades domésticas adotam diferentes padrões de atividade vai depender das condições existentes na agricultura, das oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva familiar, da estrutura da família e suas mudanças ao longo do tempo. A estratégia (consciente ou inconsciente) adotada pela unidade doméstica vai depender da percepção que as famílias têm destas realidades, a qual depende, por sua vez, da aspiração e valores de seus membros e do processo através do qual as decisões são tomadas na unidade doméstica. A pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura (por exemplo, minimizando risco), maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra.

Em razão disso, considera-se necessário descer ao ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que modo ela exerce essa pluriatividade. Somente com base nessas informações é que poder-se-á discutir a questão teórica central que motiva essa investigação, que se refere à possibilidade da pluriatividade constituir-se em uma nova estratégia de reprodução social das unidades familiares. Nesse sentido, a análise da pluriatividade a partir das relações intra-familiares segue a orientação metodológica estabelecida por Llambi (1990, p.222):

Identificar las relaciones internas de tales unidades, es decir, las relaciones entre sus miembros (parientes, amigos, o socios), así como las normas para distribuir el producto social entre sus miembros, constituyen materia para las investigaciones empíricas. Como también es objeto de la investigación empírica el análisis de las relaciones internas entre la unidad y el resto de los agentes sociales (por ejemplo, al interior de circuitos de acumulación de capital), y entre los miembros de la unidad y otros agentes sociales. Precisamente, el identificar en la investigación empírica las relaciones internas y externas de la unidad constituye una de las principales tareas que pueden proveer contenido histórico (es decir, social) al análisis de la reproducción social a nivel micro.

Desse modo, para focar a natureza e a diversidade da forma familiar de trabalho, nas regiões e espaços rurais onde a pluriatividade é um fenômeno corrente, justifica-se e torna-se necessário agregar alguns elementos teóricos. Nesse sentido, pretende-se resgatar aspectos do enfoque analítico que foi legado por Chayanov para explicar o processo de tomada de decisão dos agricultores em relação ao contexto no qual se insere sua propriedade e a disposição dos fatores de produção. O que se tentará evidenciar é a operacionalidade de duas proposições fundamentais de seu modelo de análise que parecem úteis à descrição do caráter familiar do trabalho pluriativo, bem como dos aspectos intra-familiares que permitem a reprodução social da unidade produtiva.

Considera-se que a perspectiva chayanoviana permite estabelecer referenciais microssociológicos importantes para compreender a dinâmica intra-familiar das unidades agrícolas. Entretanto, esse modelo precisa ser submetido a algumas considerações críticas para tornar-se operacional no estudo da pluriatividade da família rural. Concorda-se com a caracterização da dinâmica interna da propriedade camponesa, formulada por Chayanov, na qual o núcleo familiar apresenta relativa autonomia no processo de tomada de decisões entre as opções de investir, gastar ou poupar (de fato uma autonomia na definição do balanço entre trabalho e consumo), e o trabalho assalariado é ausente ou tem pouca importância. Sustenta-se, no entanto, que para explicar as recentes estratégias de trabalho pluriativas, que ocorrem em regiões do Sul do Brasil, é necessário reconsiderar o arsenal teórico chayanoviano em dois aspectos. Primeiro, no que se refere à família como *unidade indivisível* entre trabalho e produção e, segundo, sobre a relação da diferenciação demográfica interna da unidade econômica familiar com o crescimento da produtividade do trabalho.

Em relação ao primeiro aspecto, a pluriatividade cria uma situação na qual o postulado chayanoviano, de que o núcleo familiar é uma soma indivisível entre trabalho e produção, parece cindir-se. Isso ocorre em situações em que parcela significativa dos agricultores obtém um volume crescente de rendas que compõem o orçamento doméstico oriundas de atividades não-agrícolas. Nessas circunstâncias ocorre a separação entre os trabalhos agrícolas, praticados dentro da propriedade, e os trabalhos executados fora da propriedade. Em muitos casos, essa cisão ocorre a partir do momento em que os filhos passam a trabalhar fora da propriedade. Entretanto, essa autonomia pode tanto reforçar os laços domésticos, quando as rendas individuais são integradas a um só orçamento familiar (tal como apontou Seyferth, 1987) como pode levar à fragmentação da renda total familiar (individualização), que ocorre quando os membros da família que trabalham fora da propriedade não repassam seus rendimentos (Gasson, 1984).

A segunda reconsideração, relacionada à anterior, refere-se à total inversão do padrão chayanoviano da relação entre os momentos do ciclo familiar demográfico e a produtividade das unidades de produção. Em razão da possibilidade de parte dos membros da família poder se empregar fora da propriedade, cria-se uma situação na qual os anos potencialmente mais produtivos da força de trabalho familiar não coincidem com os momentos de maior exploração da terra e desempenho produtivo da unidade. Há, inclusive, estudos que demonstram que, nas situações em que são os homens que trabalham fora, ocorre um aumento significativo da jornada e do ritmo de trabalho feminino e dos membros adultos da terceira idade, crianças e adolescentes (Pfeffer, 1989). Nesse caso, ao contrário de que previa Chayanov, o chefe da família e os outros membros em idade plena de trabalhar passam a se ocupar com trabalhos fora da propriedade durante os anos mais produtivos de suas vidas (entre 18 e 50 anos, aproximadamente), invertendo a relação positiva que esse postulado estabelecera entre o desenvolvimento demográfico e o crescimento da produtividade agrícola.

Essas reconsiderações permitem evidenciar alguns aspectos intra-familiares das unidades de produção, que mudam de natureza numa situação de pluriatividade. A intensidade de cada um varia segundo o ambiente social e econômico no qual está inserido como, por exemplo, a disposição de tecnologias, as condições de mercado e o ciclo demográfico familiar. Mais do que evidenciar aspectos peculiares, difíceis de serem aferidos empiricamente e muito raramente enfocados analiticamente, essas reconsiderações fornecem elementos a partir dos quais pode-se fazer inferências teóricas acerca do caráter da reprodução social. Como se nota, essas reconsiderações são de fato necessárias e podem servir como recursos metodológicos, para abordar sociologicamente o fenômeno da pluriatividade. É por tais razões que se acredita somente ser possível avançar a teoria social contemporânea com base numa fértil interlocução entre abordagens teóricas distintas.

2.5. A FAMÍLIA PLURIATIVA: EM BUSCA DE UMA UNIDADE DE ANÁLISE

A partir dos elementos teóricos delineados torna-se necessário fixar a unidade de observação que se considera pertinente ao estudo da pluriatividade e da agricultura familiar. Nesse sentido, a abordagem empreendida parte das famílias rurais como unidades nas quais a presença da pluriatividade deve ser entendida como um *ponto de partida* para reflexão sobre o próprio funcionamento e as características da agricultura familiar no final do século XX. Segundo Lacombe (1984), o fato das famílias rurais terem se transformado largamente em

unidades nas quais coexistem diversos tipos de ocupações e atividades entre seus membros torna-os muito semelhantes às demais famílias. Nesse sentido, a análise clássica das famílias agrícolas, que consistia na sua interpretação segundo o modelo de uma propriedade = uma família = uma atividade = uma renda, não pode mais servir de referencial para aqueles que querem compreender sua forma de organização ou sua identidade (Lacombe, 1984, p. 50, consulte-se também Delord e Lacombe, 1990).³⁹ Em sintonia com tais argumentos, Brun (1989) acredita que a identidade entre família e unidade de produção vem sendo crescentemente questionada devido à distensão dos laços familiares e da própria unidade familiar nas sociedades contemporâneas (perceptível no espaço rural pela queda expressiva da endogamia, pela dificuldade de inserção dos filhos nas atividades agrícolas da propriedade e, também, pela ampliação das atividades não-agrícolas assumidas pelos membros das famílias de agricultores, principalmente em função da queda generalizada das rendas agrícolas).

Em outro trabalho coletivo, esses autores questionam se o enfraquecimento ou a perda da centralidade das atividades agrícolas (impactadas pela pluriatividade) nas unidades familiares estaria provocando a perda do “caráter familiar” dessas propriedades (Blan et al., 1990). Ou seja, estaria o desenvolvimento da pluriatividade minando o caráter familiar dessas unidades? E quais categorias sociais substituirão a agricultura familiar se a pluriatividade se generalizar? A questão que submetem à análise considera que o aumento da pluriatividade das famílias rurais requer uma reflexão sobre a relação das atividades produtivas desempenhadas nas propriedades com o caráter familiar do grupo social que vive sobre ela. Como acentuam Blan, Brun, Delord e Lacombe (1990, p. 320):

A grande novidade reside na emergência, entre as gerações de jovens, de casais onde as esposas são assalariadas fora da agricultura e o marido trabalha sozinho em uma propriedade modernizada de razoável tamanho. Estas *exploitations individuelles* modernas não diferem das *exploitations familiales* somente pela composição do coletivo de trabalho, mas também pelo modo de utilização da força de trabalho familiar. Nas *exploitations familiales* clássicas a força de trabalho era mobilizada a todo momento. Nas *exploitations individuelles* modernas, a esposa tende a assumir um modo de vida assalariado, caracterizado pela clara distinção entre o tempo de trabalho e as outras atividades de não-trabalho [...] Assim a *exploitation familiale* tende a regredir não somente porque ela perde sua importância em termos puramente quantitativos, mas sobretudo em razão da dissociação cada vez mais clara entre o grupo doméstico-família e a unidade de produção, que se traduz no crescimento pujante das *exploitations individuelles* modernas.

³⁹ Para uma reflexão sobre a família agrícola e os diferentes papéis que desempenham homens e mulheres, consultar o excelente livro de Barthez (1982).

Entre os autores que desenvolveram essa hipótese, da decomposição das relações familiares em situações de pluriatividade, encontra-se a contribuição de Barthez (1982, 1987). Ela argumenta que a pluriatividade representa uma ruptura com a monoatividade e o modelo de família agrícola, pois a atividade agrícola já não caracteriza mais a unidade de referência. A pluriatividade estaria alterando o conteúdo da unidade familiar, pois passa de uma situação na qual a propriedade era, ao mesmo tempo, lugar de residência e de produção para outra na qual ela é somente o local de moradia, uma vez que o trabalho e a produção dissociam-se geograficamente. Na opinião de Barthez (1987, p.172), “[...] a pluriatividade destrói o postulado da unidade familiar que se incluía na definição da família agrícola. Na família pluriativa cada um tende a limitar-se a uma única atividade, com suas peculiaridades específicas, que não permitem confusão. A atividade se transforma em atributo pessoal”.

Ainda segundo Barthez, a ruptura operada pela pluriatividade se dá pela destruição da “lógica da família tradicional”, baseada na fusão da unidade familiar (grupo doméstico) com a unidade profissional (atividade econômica). Portanto, a pluriatividade levaria à ruptura do “universo profissional comum a todos os membros da família agrícola”, porque em uma família pluriativa cada membro passa a ter um trabalho diferente e, mesmo assim, pertence à mesma família.⁴⁰ Nesse sentido, para se compreender as famílias pluriativas, Barthez (1987, p.177) sugere que se estude a mobilidade individual dos membros que pertencem ao grupo de co-habitantes, que formam essas unidades familiares modernas:

O ponto de partida já não pode ser a família como unidade em si, mas preferencialmente os indivíduos que nela co-habitam, tentando-se compreender como, a partir de sua independência pessoal, conseguem integrar-se em um projeto comum que os mantêm em uma vida em grupo [...] O grupo de co-habitantes que resulta deste duplo movimento não pode identificar-se como uma comunidade em si, fundada em regras específicas, mas, ao contrário, aparece como desenlace de trajetórias individuais e variadas que, em um dado momento, convergem em torno de um interesse comum, formando o grupo familiar.

⁴¹ Segundo Barthez (1987, p. 166), essa situação é decorrente do processo de modernização e inserção da agricultura na divisão social do trabalho vigente em sociedades capitalistas. Nessa situação, observa-se a tendência à “profissionalização” das propriedades apenas pelo viés da produção e das atividades realizadas (o processo produtivo), esquecendo-se do grupo familiar. Em função da modernização tecnológica crescente a agricultura tende a se tornar um atividade individual e a propriedade, uma empresa “com responsabilidade pessoal”. No entanto, quando se vai além desse viés da produção, agregando-se a unidade doméstica, a propriedade adquire a característica de “empresa familiar”, reconhecendo-se que nela trabalham vários indivíduos, não necessariamente na mesma atividade.

Ao lado dessa posição, que enfatiza a decomposição da família devido à crescente diversificação da inserção profissional de seus membros, encontram-se autores que sustentam que não há uma relação direta entre a organização do trabalho nas propriedades rurais e o caráter familiar da unidade como um todo. Para Marini e Pierroni (1987), por exemplo “[...] a família deve ser mantida como unidade de análise, porque ela se constituiu numa instituição social e econômica, um ator coletivo cujos aspectos são operativos para a investigação social”.⁴¹ Essa definição materializa-se a partir das relações da unidade familiar agrícola com o sistema social, entendendo-o como “uma estrutura composta de múltiplas formações sociais e econômicas, que se diferenciam dentro de zonas territoriais” (p.205). Desse modo, os autores observam que, embora se deva reconhecer a importância e a autonomia das estratégias individuais no interior da família, é preciso considerar que essas estão “[...] condicionadas e mediadas pela estratégia familiar de distribuição de seus recursos de trabalho como um todo” (p.206). Ou seja, é a família em seu conjunto que define a divisão social e sexual do trabalho bem como legitima as relações internas de hierarquia e poder.⁴²

A verificação de que a pluriatividade altera o processo de organização e alocação do trabalho no interior do grupo doméstico também provoca a alteração dos enfoques e os conceitos utilizados pelos autores. Um exemplo concreto dessa mudança de enfoque analítico da família, em situações nas quais é corrente o recurso à pluriatividade e às atividades não-agrícolas, encontra-se no trabalho de Carneiro (1998). Segundo a autora, a pluriatividade, tal como já havia sido demonstrado pelos historiadores franceses, esconde uma heterogeneidade de fenômenos que podem assumir diferentes significados em contextos, épocas e lugares distintos, o que compromete sua validade heurística e conceitual. Na sua opinião,

A falta de especificidade e de valor heurístico da noção de pluriatividade nos orienta para a construção de um objeto de estudo centrado não mais sobre o conjunto de ações individuais mas sobre as condições de reprodução social no campo. Assim, se considerarmos a pluriatividade como uma resposta dos agricultores às situações e acontecimentos determinados, no contexto da unidade de produção familiar, nós devemos compreendê-la como

⁴¹ Segundo esses autores, a família como “unidade ativa” apresenta três características básicas: a) ligação íntima entre a esfera produtiva e reprodutiva; b) relacionamento interno entre os membros definido pelo sexo, capacidade de trabalho, etc; c) a capacidade de cada membro depende da sua posição social no ciclo de vida da família (1987, p. 241).

⁴² Blanc e colaboradores (1990, p. 318) também afirmam que está em andamento um processo de reorganização das unidades familiares no qual, apesar das famílias estarem se tornando cada vez menos agrícolas, a agricultura e o espaço rural vêm-se tornando cada vez mais familiares.

um dos mecanismos possíveis para satisfazer as necessidades de reprodução da unidade doméstica. Consideramos assim que as diversas atividades complementares à agricultura poderão ter sentidos opostos e mesmo contraditórios, segundo o contexto histórico-social, os tipos de atividade e segundo a pessoa que os exerce. Os pesos da significação que estas atividades poderão ter para a reprodução da exploração familiar serão diferentes se elas são praticadas pelos filhos, pela esposa ou pelo chefe da unidade produtiva. É necessário portanto prever um espaço, em nossas análises, para apreender os conflitos entre os interesses individuais e os conflitos dentro da família rural. (p.159, grifo nosso).

Esse debate em torno da família como unidade de análise pertinente ao estudo da pluriatividade requer um esclarecimento acerca do enfoque deste livro. Como se sabe, a tradição dos estudos sobre a família constitui-se, desde longa data, em seara de domínio privilegiado da Antropologia e da Etnologia, especialmente quando se trata de temas como parentesco e herança. No Brasil, segundo Almeida, os estudos sobre família rural podem ser classificadas em dois enfoques analíticos, que lidam predominantemente com as questões econômicas ou extra-econômicas. Os trabalhos que se ocupam do primeiro enfoque “[...] estão preocupados com a natureza da família enquanto esqueleto externo do modo de produção camponês” e, os outros, focalizam a reprodução da unidade familiar no ciclo geracional, analisando como elas se perpetuam (Almeida, 1986, p. 67).⁴³ Segundo o mesmo autor, esses estudos não definem claramente o significado de expressões como economia familiar, produção familiar ou família como unidade econômica apesar de, “[...] na prática, as pesquisas de produção agrícola familiar tomarem como foco uma unidade doméstica: uma casa, um lote de terra, um conjunto de pessoas. Essas pessoas são descritas então como uma família” (p. 68).

Em razão da ampla diversidade de definições a que se presta a família, Almeida sugere uma definição operacional para fins analíticos, na qual a família é separada do grupo doméstico. Por família entende-se um determinado conjunto de parentes, tipicamente formado por uma família nuclear, sendo possível haver outros tipos; e, por grupo doméstico (unidade residencial e de consumo e, às vezes de trabalho), entende-se um grupo de pessoas que compartilha o espaço de uma casa e que trabalha conjuntamente.⁴⁴ Assim o autor

⁴³ No primeiro grupo, segundo o autor, encontram-se autores como Garcia (1983, 1989), Heredia (1979) e Tavares dos Santos (1978) e, no segundo grupo, estão trabalhos como os de Moura (1978), Seyferth (1985a, 1985b), Woortmann (1995).

⁴⁴ Essa definição parece ser suficientemente genérica para abarcar uma diversidade de situações que, segundo Bourdieu (1993), está em constante transformação e reconstrução.

acredita estar na presença de uma definição suficientemente flexível, que explica realidades diversas e situações sociais e culturais distintas, nas quais a combinação de elementos entre a família e o grupo doméstico pode variar. Além disso, Almeida relaciona duas noções centrais que são utilizadas pelos estudiosos brasileiros – a racionalidade familiar (basicamente inspirada em Chayanov) e o parentesco –, que foram utilizados por autores para explicar os mecanismos de funcionamento e reprodução das famílias rurais.

Em estudos mais recentes, como os de Woortmann (1995) e Carneiro (1998), percebe-se que a separação entre família e grupo doméstico, sugerida por Almeida, é retomada. No trabalho de Woortmann, que se propõe a compreender a reprodução camponesa, de geração em geração, através das relações de parentesco, encontra-se, inclusive, uma nítida separação entre as teorias que operaram com referenciais que consideram o parentesco como elemento da reprodução camponesa e as demais teorias, que desconsideram esses aspectos. Segundo a autora, pensadores importantes da Sociologia Rural, como Chayanov, Galeski e Mendras, apesar de afirmarem tratar da família como unidade de análise, na verdade teriam tratado de grupos domésticos de produtores e consumidores (o que a autora chamou de *work-team*), desconsiderando a “[...] família como um grupo hierarquicamente organizado em torno de valores culturais e de uma moralidade” (Woortmann, 1995, p. 30).

Embora sem operar claramente no escopo dessa separação entre família e grupo doméstico, a abordagem de Carneiro se aproxima mais dos objetivos aqui propostos, talvez por ter investigado famílias rurais de uma região dos Alpes franceses onde a pluriatividade constitui-se em uma marca histórica. Sua proposta é realizar “uma análise microssociológica da família que permitiria esclarecer a multiplicidade de papéis exercidos por seus membros e as tensões resultantes de seus objetivos opostos” (Carneiro, 1998, p. 9). Para a autora, os elementos que articulam e estruturam o sistema das relações individuais na família e nas sociedades são o parentesco e o trabalho.

No caso de Carneiro, a família constituiu-se, de fato, na unidade de observação de um processo mais amplo de transformação da sociedade e da agricultura de montanha da França. Para Carneiro, contudo, “[...] a família não deve ser entendida tão-somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário considerar também o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família, já que ela agrega indivíduos de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento ou, se quisermos, de representação” (p. 66). Ao contrário de Woortmann, Carneiro não distingue a família e o grupo doméstico, ainda que considere que cada um desses espaços funciona com uma certa autonomia. Assim, “[...] a família é espaço de produção e reprodução de valores cujos significados ultrapassam a lógica do parentesco e da racionalidade econômica” (p. 9).

Para operacionalizar essa definição analítica da família, Carneiro propõe que os pesquisadores elaborem uma distinção entre o domínio do trabalho (ou da produção) e do parentesco, o que lhes permitiria fugir do reducionismo das análises que atribuem uma funcionalidade econômica a um desses sistemas de relações. Para não cair nessa armadilha, sugere “[...] elaborar a distinção entre estes dois domínios e buscar, simultaneamente, a lógica que os une no interior do grupo doméstico, sem contudo diluir as diferenças entre o que é da produção e o que é da família (p. 9).⁴⁵ Nesse sentido, sua proposta está de acordo com as sugestões de Neves (1997; 1995), que sugere a separação heurística e conceitual entre unidade familiar e unidade de produção, como forma de viabilizar a compreensão das formas familiares de organização do trabalho sem recorrer à sua “contraposição”, isto é, às unidades capitalistas de produção ou à empresa capitalista.⁴⁶ Segundo Neves, essa postura metodológica permite o estudo da dinâmica da organização familiar sem necessariamente determinar *ex ante* os projetos familiares ou os resultados das pressões do ambiente externo. A distinção entre a unidade familiar e unidade de produção permite que venha à tona a coexistência de múltiplos projetos diferenciados e arranjos entre os membros da família, pois “[...] as unidades de produção são arranjos contingenciais. Não são essências. São formas de conexão, de disjunção e de conjunção. São sistemas de procedimentos e de estratégias e não uma estrutura dada à qual aos indivíduos só cabe a própria modelação” (Neves, 1995, p. 34).

A unidade de análise aqui adotada e que deverá se constituir em *locus* privilegiado da observação sociológica é a família rural, entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não-consangüíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas. Embora seu objetivo seja a reprodução material, cultu-

⁴⁵Essa posição é reforçada em um trabalho mais recente no qual a autora propõe, claramente, que “eleger como unidade de observação a unidade familiar, ou o grupo doméstico, revela-se como procedimento fundamental para a compreensão das transformações recentes do campo brasileiro, onde o aumento das atividades não-agrícolas, articuladas ou não à agricultura, exige maior grau de complexidade da análise” (Carneiro, 1999, p. 17).

⁴⁶Na verdade, a separação analítica da família em unidade de produção e unidade doméstica refere-se a um movimento metodológico que passou a figurar em várias pesquisas a partir do momento que a noção de pluriatividade passou a ocupar o lugar da definição de *part-time farming*, tal como ressaltado neste capítulo. Para mais informações, consultar Fuller (1984, 1990) e Bell e Mackinnon (1988).

ral e moral do grupo, não há caminho pré-determinado ou estratégias definidas *ex ante*, mesmo que nos casos empíricos estudados a inserção no mercado de trabalho de atividades não-agrícolas seja uma alternativa frequentemente trilhada pelos membros da família, o que poderá não se repetir se essa mesma definição for utilizada para investigar outros contextos sociais e econômicos.

A separação analítica das unidades familiares em unidades de produção e grupos domésticos é particularmente operacional ao estudo de situações nas quais as famílias ou os indivíduos recorrem às atividades não-agrícolas e à pluriatividade como estratégias ou mecanismos para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos, em geral traduzidos na busca de rendas mais altas ou trabalhos menos penosos que a atividade agrícola. Estudo pioneiro nesse sentido foi realizado por Neves ao analisar as relações entre os agricultores e os mercados de trabalho e de bens e serviços a partir do estudo de dois casos concretos (a região canavieira de Campos e de pecuária leiteira do Vale do Itabapoana, ambos no Rio de Janeiro). Segundo a autora, “[...] a dissociação entre a unidade familiar e a unidade de produção permite enfatizar a importância que o projeto familiar assume nessas estratégias de integração social, sobretudo ao entendimento da pluriatividade do chefe ou de alguns membros da família” (Neves, 1997, p. 10). No caso da região de Campos, a pluriatividade das famílias de agricultores está relacionada ao trabalho que os seus membros exercem durante a colheita da cana-de-açúcar ou a prestação de serviços durante a safra (como motoristas ou tratoristas, por exemplo) e, no segundo caso, mediante a combinação do trabalho nas fazendas de pecuária e o cultivo de pequenas áreas de terra com produtos para sua subsistência. Nesses dois casos, segundo a autora, pode-se afirmar que a pluriatividade se revela como uma estratégia das famílias frente à escassez de terra (e a impossibilidade de expansão da fronteira agrícola) e como uma resposta às contradições criadas pelo sistema de herança igualitário, que acabou inviabilizando muitas propriedades devido à redução excessiva de seu tamanho.

Conforme também haviam sugerido Fuller (1984) e Barthez (1987), a separação da unidade familiar em unidade de produção e grupo doméstico funciona como recurso metodológico que permite ir além das necessárias, mas insuficientes, medidas da quantidade de tempo de trabalho e do valor das rendas obtidas fora da propriedade como critérios definidores de uma unidade pluriativa. Assim, será possível também evidenciar as diferentes formas de alocação do trabalho no interior da propriedade que, provavelmente, variam entre unidades exclusivamente agrícolas e aquelas que combinam a agricultura com outros tipos de atividades. Isto permitirá compreender as variações da pluriatividade em situações nas quais as propriedades, seus sistemas produtivos e o contexto social e econômico são muito semelhantes, como acontece nos dois casos investigados neste livro. Além disso, essa separação entre unidade de produção e grupo doméstico também per-

mitirá ativar a variável da composição demográfica da família como elemento importante à compreensão da pluriatividade, bem como os efeitos diferenciados que decorrem da inserção do homem ou da mulher em atividades não-agrícolas.

Além dessa “manobra heurística”, que pretende dar um enfoque multidimensional à unidade de análise sugerida – a família rural – considera-se necessário tecer um último comentário sobre a utilização do conceito de estratégia (que muitas vezes aparece adjetivado como estratégia de reprodução), que não é apenas o elo de ligação entre as unidades familiares investigadas e o ambiente externo, mas também a ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro *versus* macro.

Segundo Crow (1989), o conceito de estratégia é de uso corrente entre vários enfoques sociológicos e a nenhum deles cabe reclamá-lo como propriedade de uso exclusivo.⁴⁷ A utilização do conceito de estratégia, afirma ele, passou a generalizar-se entre os cientistas sociais nas décadas recentes para fazer frente à incapacidade crescente de explicação das perspectivas estruturalistas e funcionalistas. Apesar de sua ubiqüidade, o conceito de estratégia é largamente utilizado pelos estudiosos do individualismo metodológico (Goffmann) e aqueles que privilegiam a ação coletiva, a partir do referencial da teoria da escolha racional, especialmente a chamada “teoria dos jogos” (Elster, Olson e outros).

A utilização do conceito de estratégia, ainda segundo Crow, coloca em evidência conceitos centrais da Sociologia, tais como a escolha, o poder, a interação social, a reprodução, e suscita uma discussão sobre o tipo de ação, racional ou não-racional, que é empreendida por aqueles que colocam em prática as estratégias. Nesse sentido, a sugestão é que sua utilização leve em consideração o enfoque teórico ao qual se vincula a perspectiva analítica desenvolvida e que sejam adotados níveis ou esferas objetivas nas quais se pode interpretar a ação individual ou coletiva a partir do conceito de estratégia. O primeiro nível é o da sociedade, no qual o conceito pode ser útil para descrever as ações do Estado ou as escolhas das elites do poder frente a determinado tipo de iniciativa (por exemplo, as chamadas “estratégias de desenvolvimento” de um determinado governo ou instituição). O segundo nível é o das estratégias de interação social, que envolvem as ações de grupos e classes, cujas escolhas políticas e formas de organização podem envolver diferentes atitudes. Nesse nível, trata-se das estratégias dos empresários, dos trabalhadores e das demais categorias sociais como os agricultores, por exemplo. Na terceira esfera encontram-se as estratégias das famílias e dos grupos domés-

⁴⁷ Além do excelente artigo de Crow, ver também os comentários de Morgan (1989) e Watson (1990) e o trabalho de Davidson (1991), que insiste na idéia de que as unidades familiares e as estratégias representam uma alternativa à compreensão da dicotomia estrutura *versus* agentes.

ticos, que também variam de acordo com interesses individuais e coletivos resultantes de suas convicções.⁴⁸ Esse é o nível privilegiado da percepção de como se dão as estratégias de alocação de trabalho e recursos no interior de um pequeno grupo social, que é perpassado por laços de parentesco e consanguinidade e orientado por valores morais e culturais que se materializam de diversas formas e sentidos. Finalmente, o nível das estratégias dos indivíduos, que varia não apenas de acordo com as decisões e desejos pessoais, obviamente decorrentes das relações mais amplas que forem constituídas, mas, sobretudo, deve ser compreendido a partir do referencial teórico escolhido, sob pena do investigador cair na descrição de uma miríade de atitudes e ações sem sentido sociológico algum.

Nesse sentido, a utilização do conceito de estratégia levará em consideração os marcos teóricos e conceituais sobre as unidades familiares e sua relação com o contexto socioeconômico específico, esboçados neste capítulo. Do ponto de vista substantivo, as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos (Marini e Pieroni, 1987). É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora tratem-se de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas. Não obstante, cabe insistir, essa maneira de definir a estratégia pode adquirir um outro estatuto e ter significados bem distintos conforme os autores e as abordagens teóricas utilizadas.

⁴⁸ Os trabalhos de Garcia Jr. (1983, 1989) e Heredia (1979) constituem bons exemplos de utilização do conceito de estratégias no nível das famílias, mediante a utilização da noção de alternatividade. As estratégias de alternatividade são acionadas pelos pequenos proprietários do sertão nordestino para fazer frente a situações em que sua reprodução esteja ameaçada. Os autores mostram que, em determinadas situações, esses agricultores tomam decisões acerca da utilização da produção de mandioca, que pode ser vendida quando os preços foram atraentes e a demanda doméstica para seu consumo estiver satisfeita como também pode ser deixada na terra ou na propriedade (transformada em farinha), vindo a constituir-se em uma alternativa entre a venda e o consumo. As estratégias de alternatividade também dependem do ciclo demográfico da família, pois quando os filhos são pequenos e somente os pais constituem fonte de força de trabalho, é preferível comercializar a produção agrícola e comprar os produtos de subsistência. À medida que os filhos vão sendo integrados às tarefas agrícolas, essa relação se inverte e novas estratégias tomam assento.